

Brasil assina acordo histórico com credores

Toronto — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, assinou ontem com os representantes dos bancos credores um acordo de reestruturação da dívida externa que, quando completado, reduzirá em cerca de sete bilhões de dólares a conta de 35 bilhões de dólares de débitos renegociados e estenderá os pagamentos de juros e principal do restante ao longo dos próximos 30 anos, a taxas fixas.

A efetivação do negócio, que encerra para o País a custosa crise da dívida externa contraída pelo regime militar, depende ainda do apoio do Fundo Monetário Internacional ao programa de estabilização que o Governo anunciou na semana passada.

O aval do FMI levará o Tesouro dos Estados Unidos a fazer uma emissão especial de títulos, no valor total de aproximadamente 3,7 bilhões de dólares, que o País comprará e repassará aos bancos em quatro parcelas. A primeira, de 2,8 bilhões de dólares, tem que ser apresentada até o dia 15 de abril, o prazo acertado para a efetivação do acordo. O ministro da Fazenda ressaltou a importância histórica do ato, realizado na presença de cerca de 150 pessoas num salão enfeitado com bandeiras no hotel Four Seasons.

Último dos grandes devedores a regularizar suas relações com os bancos, depois de duas moratórias, “o Brasil aceitou o desafio do futuro” e chegará a um entendimento com o Fundo, garantiu Fernando Henrique. Dois membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o gaúcho José Fogaça e o catarinense Esperidião Amin, assistiram à cerimônia.

Majoria — O interesse dos bancos em acabar com o que o ministro chamou de “uma dor de cabeça permanente” foi confirmado ontem mesmo pela representatividade dos credores que aderiram ao acordo, bancos detentores de um total de 89 por cento da dívida, a maioria assinou

por procuração.

William R. Rhodes, o vice-presidente do Citibank, que comandou o comitê dos credores, previu que ainda em dezembro será alcançada a “massa crítica” que, tecnicamente, permite a concretização dos contratos. A relutância da família Dart, dos EUA, que detém quatro por cento da dívida, não impedirá a obtenção da massa crítica nem a entrada em vigor do negócio, disseram Rhodes e fontes oficiais brasileiras.

Em seu discurso, o ministro da Fazenda prestou uma homenagem especial a um de seus antecessores no cargo, Luiz Carlos Bresser Pereira. Fernando Hen-

rique lembrou o papel precursor, não reconhecido na época, que Bresser Pereira teve nos breves meses que ocupou a pasta da Fazenda, em 1987, quando lançou o conceito do perdão parcial e da securitização da dívida.

Brady — Repelida publicamente pelo então secretário do Tesouro dos EUA, James Baker, o conceito virou a base do “Plano Brady”, lançado pelo secretário de Estado seguinte, Nicholas Brady, como estratégia oficial dos EUA para o problema da dívida.

Fernando Henrique saudou também o trabalho realizado pelo

presidente do Banco Central, Pedro Sampaio Malan, que como negociador da dívida comandou os mais de dois anos de negociações, em meio a mudanças de governo e de ministros.

William R. Rhodes reservou sua homenagem especial ao ex-ministro do Planejamento Antonio Delfim Netto e ao ex-presidente do Banco Central Afonso Celso Pastore, lembrando a importância do primeiro acordo da dívida, que eles negociaram com os bancos em 1983, “quando havia um amplo temor que o sistema financeiro internacional poderia entrar em colapso”.